

**COMISSÃO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE DECISÕES
DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

CASOS CONTENCIOSOS RELACIONADOS A MATÉRIAS TRABALHISTAS

**CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
(CORTE IDH)**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SETEMBRO/2024**

ÍNDICE



03	INTRODUÇÃO
04	SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS
05	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE
06	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO
07	METODOLOGIA
11	CASOS CONTENCIOSOS COM SENTENÇAS EM MATÉRIA TRABALHISTA ENVOLVENDO O ESTADO BRASILEIRO
14	CASOS CONTENCIOSOS COM SENTENÇAS EM MATÉRIA TRABALHISTAS DOS DEMAIS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO AMERICANA
45	LISTA DE CASOS SELECIONADOS E ANALISADOS
46	REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

A Comissão de Monitoramento e Fiscalização de Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, foi instituída pelo [Ato GP n. 38](#), de 3 de julho de 2024, em cumprimento da [Resolução n. 544](#), de 11 de janeiro de 2024, do Conselho Nacional de Justiça, e seus membros nomeados pela [Portaria GP n. 27](#), de 3 de julho de 2024.

Membros

Desembargador Willy Santilli (Coordenador);

Sandra Miguel Abou Assali Bertelli, Juíza integrante do Subcomitê de Trabalho Decente e Seguro (Vice-coordenadora);

Andreza Aparecida de Melo, diretora da Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental; e

Márcio Vinícius Gimenes Milan, diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Unidade de Apoio Executivo: Divisão de Jurisprudência, Juliana Zucato



COMISSÃO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE DECISÕES DO SISTEMA INTERAMERICANO DO DIREITOS HUMANOS

Biênio 2022/2024

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS (SIDH)

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) é composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Comissão ou CIDH) e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), órgãos especializados da Organização dos Estados Americanos (OEA ou OAS), com atribuições fixadas pela Parte II da [Convenção Americana sobre Direitos Humanos](#) (CADH).

CIDH

A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregado da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano. Atua, ainda, como órgão consultivo da OEA nessa matéria.

A CIDH realiza seu trabalho com base em três pilares: a) sistema de petição individual; b) monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados-membros; e c) atenção a linhas temáticas prioritárias. E, de forma complementar, outros conceitos incorporam-se ao seu trabalho: o princípio *pro homine* - a interpretação de uma norma deve ocorrer da maneira mais favorável ao ser humano; a necessidade de acesso à justiça; e a incorporação transversal da perspectiva de gênero em todas as suas atividades.

CORTE IDH

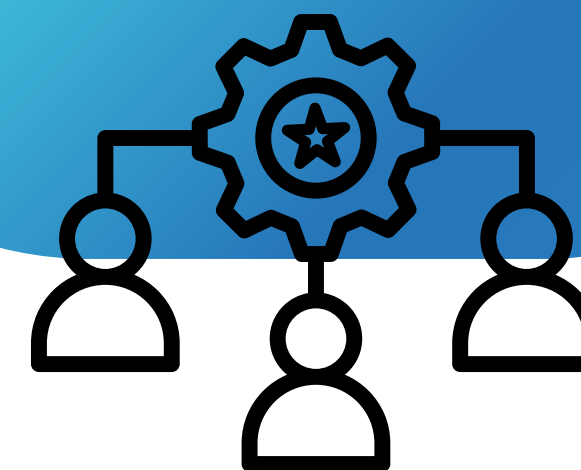
A Corte IDH é um dos três tribunais regionais de proteção dos direitos humanos, conjuntamente com o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e a Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

É uma instituição judicial autônoma, cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana. A Corte Interamericana exerce uma função contenciosa, dentro da que se encontra a resolução de casos contenciosos e o mecanismo de supervisão de sentenças; uma função consultiva; e a função de proferir medidas provisórias.

O **controle de convencionalidade** é um instituto utilizado na aplicação do direito internacional, no caso, especificamente da Convenção Americana e suas fontes, incluindo a jurisprudência da Corte IDH.

A Corte IDH tem estabelecido nas sentenças que é consciente de que as autoridades internas estão sujeitas ao império da lei e, por isso, estão obrigadas a aplicar as disposições vigentes no ordenamento jurídico. Mas quando um Estado é Parte em um tratado internacional como a Convenção Americana, todos seus órgãos, incluídos seus juízes e demais órgãos vinculados à administração da justiça em todos os níveis, também estão submetidos ao tratado, o qual os obriga a velar para que os efeitos das disposições da Convenção não sejam reduzidos pela aplicação de normas contrárias a seu objeto e fim, de modo que decisões judiciais ou administrativas não tornem sem efeito o cumprimento total ou parcial das obrigações internacionais.

Nesse sentido, todas as autoridades estatais estão na obrigação de exercer *ex officio* um “**controle de convencionalidade**” entre as normas internas e a Convenção Americana, no âmbito de suas respectivas competências e das regulações processuais correspondentes. Nesta tarefa devem ter em conta não somente o tratado, mas também a interpretação que a Corte Interamericana fez do mesmo, última intérprete da Convenção Americana.



CONTROLE DE CONVENIONALIDADE

Conceito segundo a Corte IDH



CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELOS DIREITOS HUMANOS



O Pacto tem por objetivo central o fortalecimento da cultura de direitos humanos no Poder Judiciário, com especial enfoque no controle de convencionalidade.

RESOLUÇÃO CNJ N. 544, DE 11 DE JANEIRO DE 2024



Altera a Resolução CNJ n. 364/2021, que dispõe sobre a instituição da Unidade de Monitoramento e Fiscalização (UMF) de decisões e deliberações da Corte IDH no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, bem como apresenta Modelo Exemplificativo com diretrizes para a criação de tal órgão nos tribunais.


MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS DECISÕES DO SISTEMA IDH

Unidade de Monitoramento e Fiscalização (UMF) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

 UMF/CNJ

UMFs dos Tribunais do Poder Judiciário brasileiro:

 UMFs locais

 Comissão de Monitoramento e Fiscalização de Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Casos contenciosos brasileiros com sentença:

 Lista divulgada no Portal do CNJ

 Assuntos nas Tabelas Processuais Unificadas (TPU/CNJ): *Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos*

METODOLOGIA

CASOS CONTECIOSOS COM SENTENÇAS RELACIONADAS A MATÉRIAS TRABALHISTAS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) desempenha um papel crucial na proteção e promoção dos direitos humanos nos Estados Americanos, e seus casos contenciosos representam uma importante fonte de jurisprudência sobre direitos trabalhistas. No entanto, a pesquisa sobre esses casos apresenta desafios significativos, especialmente quando se trata de obter informações consistentes e abrangentes a partir dos recursos disponibilizados no Portal da Corte IDH.

Durante a condução desta pesquisa, foram observadas variações substanciais nos resultados obtidos por meio dos diferentes métodos de pesquisa oferecidos pelo portal, incluindo a pesquisa jurisprudencial, a pesquisa na biblioteca e a pesquisa avançada. Essas discrepâncias foram atribuídas à falta de catalogação temática dos casos contenciosos e à dificuldade de encontrar casos específicos relacionados a direitos trabalhistas.

Para superar essas dificuldades e garantir uma análise precisa e abrangente dos casos trabalhistas, a equipe de pesquisa decidiu adotar uma abordagem combinada. Esta abordagem envolveu a utilização de dois critérios principais: a busca avançada por temas relevantes diretamente no portal da Corte IDH e a solicitação de uma pesquisa específica à Biblioteca da Corte. Esse processo visou maximizar a cobertura dos casos relevantes e resolver as inconsistências encontradas nos métodos de pesquisa iniciais.

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é analisar e compilar casos contenciosos relacionados a matérias trabalhistas, julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a partir de uma combinação de critérios de pesquisa para superar as dificuldades encontradas na obtenção de resultados consistentes devido às variações nos métodos de pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1 Identificação do Problema. Inicialmente, a equipe de pesquisa identificou dificuldades na obtenção de resultados consistentes no Portal da Corte IDH. As variações nos resultados foram observadas entre os métodos de pesquisa jurisprudencial, biblioteca e pesquisa avançada, com resultados distintos para critérios semelhantes. Dado que os casos contenciosos não são catalogados por assuntos no portal, foi decidido solicitar assistência diretamente à Biblioteca da Corte IDH.

2 Coleta de Dados. A coleta de dados foi dividida em duas etapas principais:

Pesquisa Avançada no Portal da Corte IDH

Utilização do "Buscador de la Corte Interamericana de Derechos Humanos" para realizar uma busca avançada por temas relevantes, especificamente no que tange a direitos trabalhistas (descendentes dos DESCAs, "Derecho al trabajo"). A pesquisa resultou em 199 documentos, dos quais foram analisados e selecionados 24 casos contenciosos relacionados a matérias trabalhistas, incluindo dois casos brasileiros.

Solicitação de Pesquisa à Biblioteca da Corte IDH

Envio de e-mail à Biblioteca da Corte IDH solicitando uma lista de casos contenciosos com sentença relacionados a direitos trabalhistas. A resposta da Biblioteca forneceu uma lista contendo 37 casos com a expressão "derechos laborales". Esta lista foi então comparada com os resultados obtidos na pesquisa avançada.



ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados envolveu a realização das seguintes atividades:

1

Comparação dos Resultados. Foi realizada uma análise comparativa entre os resultados obtidos na pesquisa avançada e aqueles fornecidos pela Biblioteca da Corte. Observou-se que havia sobreposição entre os dois conjuntos de dados, mas também casos que eram únicos para cada pesquisa.

2

Verificação da Completude e Relevância. A Foram identificados casos que não estavam presentes na pesquisa avançada, mas estavam na lista fornecida pela Biblioteca, e vice-versa. A equipe avaliou a relevância e completude dos dados para garantir a precisão e a inclusão dos casos trabalhistas mais significativos.



SELEÇÃO DOS CASOS RELEVANTES

Após a análise comparativa, a equipe selecionou os casos que foram considerados relevantes para o estudo com base em critérios de materialidade e pertinência para o tema dos direitos trabalhistas. Foram incluídos tanto os casos que já haviam sido identificados previamente na pesquisa avançada quanto aqueles novos que surgiram da pesquisa da Biblioteca.

No que tange ao critério de materialidade, foram selecionados todos os casos em que a atividade laboral está relacionada à violação de direitos consagrados na CADH, sem a análise da natureza jurídica do vínculo no Estado Parte envolvido no caso, podendo ou não coincidir com a competência da Justiça do Trabalho brasileira, disposta no art. 114 da Constituição Federal de 1988.



DOCUMENTAÇÃO E RELATO DOS RESULTADOS

Os casos selecionados foram documentados de forma sistemática e estruturada, permitindo uma análise detalhada e a elaboração dos resultados da pesquisa.

Para fins de apresentação dos resultados e por questões didáticos, os casos contenciosos com sentença relacionados à matéria trabalhistas foram agrupados em duas categorias distintas:

- 1 Casos com o Estado Brasileiro como Parte.** Esta categoria inclui os dois casos relacionados à matéria trabalhista em que o Estado Brasileiro foi condenado pela Corte IDH. Os dados foram incluídos em português, tendo em vista que a sentença foi oficialmente traduzida para o idioma do Estado Parte.
- 2 Casos envolvendo outros Estados da CA.** Esta categoria abrange os casos em que os envolvidos são outros Estados Americanos, excluindo o Brasil. Os dados foram incluídos em espanhol, idioma oficial da sede da Corte IDH.

O resultado da pesquisa é apresentado em fichas individuais, cada uma relatando um caso específico, em ordem cronológica crescente da data de sentença. Cada ficha inclui as seguintes informações:

Título: Nome do caso com link de acesso às informações na Corte IDH.

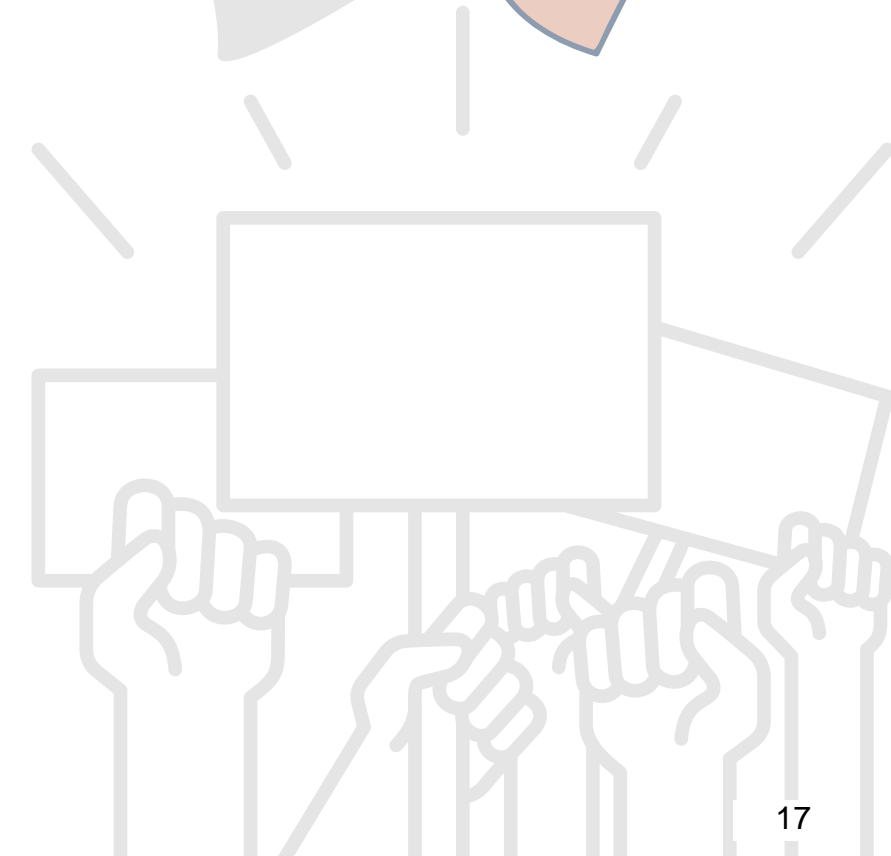
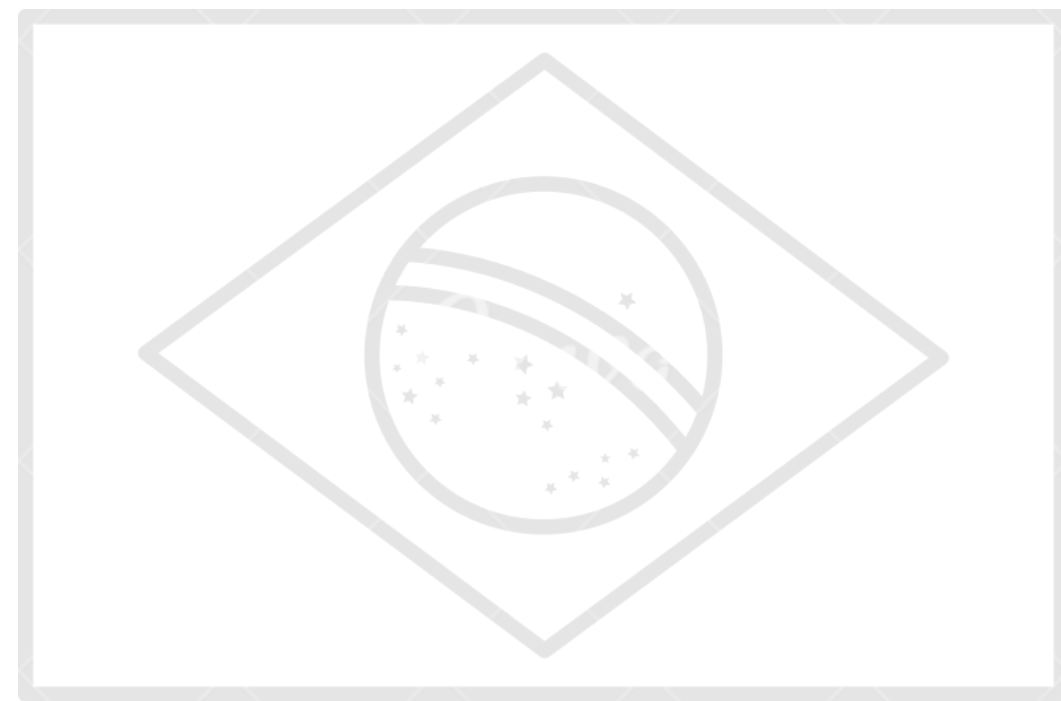
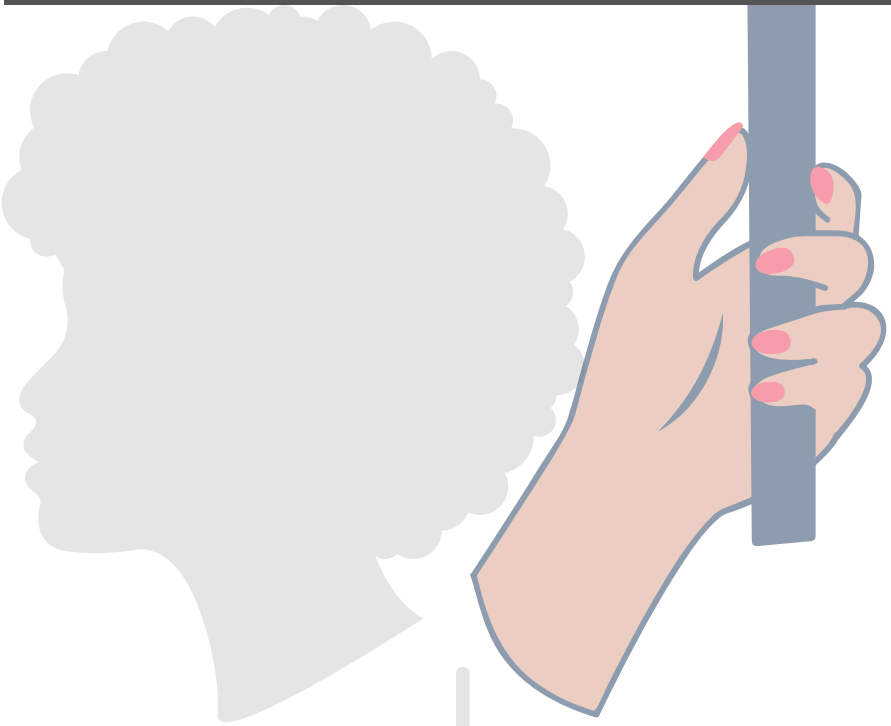
Resumo: Breve relato do caso, redigido no idioma da sentença, com uma visão geral dos principais fatos, de acordo com o resumo ou ficha disponibilizado pela Corte IDH.

Rol de artigos violados: identificação dos artigos da CADH que foram declarados violados na sentença.

Data da Sentença: Data da decisão proferida pela Corte IDH, com link de acesso ao conteúdo.

Acesse na Corte IDH: Links para os documentos oficiais diretamente no portal da Corte Interamericana.

CASOS CONTENCIOSOS COM SENTENÇAS EM MATÉRIA TRABALHISTA ENVOLVENDO O ESTADO BRASILEIRO





TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL

RESUMO

O caso refere-se à sujeição de pessoas ao trabalho forçado e à servidão por dívidas, na Fazenda Brasil Verde, localizada no Estado do Pará, em um contexto enraizado em discriminação e exclusão histórica, cuja vulnerabilidade extrema e especial destas pessoas se deve, entre outros motivos, à falta de recursos adequados e eficazes para proteger os seus direitos, não só de uma maneira formal; à extrema pobreza em que vive grande parte da população dos estados de onde essas pessoas são oriundas; à presença insuficiente de instituições do Estado; e à distribuição desigual da terra; e também à falta de prevenção e resposta do Estado no que diz respeito à violação dos direitos humanos no caso.

Em sua sentença, a Corte Interamericana desenvolve o alcance da proibição da escravidão e do trabalho forçado e as obrigações positivas do Estado diante de tal situação. Além disso, a Corte Interamericana analisou a resposta estatal da perspectiva da devida diligência e proteção judicial efetiva.



DATA DA SENTENÇA
20/10/2016

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artigo 1: Obrigação de Respeitar os Direitos

Artigo 2: Dever de Adotar Disposições de Direito Interno

Artigo 3: Direito ao Reconhecimento da Personalidade Jurídica

Artigo 5: Direito à Integridade Pessoal

Artigo 6: Proibição da Escravidão e da Servidão

Artigo 7: Direito à Liberdade Pessoal

Artigo 8: Garantias Judiciais

Artigo 11: Proteção da Honra e da Dignidade

Artigo 19: Direitos da Criança

Artigo 22: Direito de Circulação e de Residência

Artigo 25: Proteção Judicial



EMPREGADOS(AS) DA FÁBRICA DE FOGOS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS E SEUS FAMILIARES VS. BRASIL

RESUMO

O caso trata da responsabilidade internacional da República Federativa do Brasil por violações de direitos em decorrência da explosão de uma fábrica de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus, Bahia, em 11 de dezembro de 1998. O incidente resultou na morte de 60 pessoas e deixou seis sobreviventes, além de afetar 100 familiares das vítimas. Entre as vítimas, 22 eram crianças e adolescentes com idades entre 11 e 17 anos.

A Corte concluiu que a falta de fiscalização da fábrica, cujas atividades perigosas eram conhecidas, incluindo umas das piores formas de trabalho infantil em condições degradantes com a ocorrência de graves irregularidades, foram violados direitos à vida, à integridade pessoal, ao trabalho digno, aos direitos das crianças, à igualdade e não discriminação, à proteção judicial e às garantias judiciais.



DATA DA SENTENÇA
15/07/2020

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artigo 1: Obrigação de Respeitar os Direitos

Artigo 4 : Direito à Vida

Artigo 5 : Direito à Integridade Pessoal

Artigo 8 : Garantias Judiciais

Artigo 19 : Direitos da Criança

Artigo 24: Igualdade Perante a Lei

Artigo 25: Proteção Judicial

Artigo 26: Desenvolvimento Progressivo

CASOS CONTENCIOSOS COM SENTENÇAS EM MATÉRIA TRABALHISTAS DOS DE MAIS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO AMERICANA



JUSTICE



CASO DEL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL VS. PERÚ

RESUMO

El caso se refiere a la responsabilidad internacional del Estado por la destitución de Manuel Aguirre Roca, Guillermo Rey Terry y Delia Revoredo Marsano como miembros del Tribunal Constitucional, y la falta de un debido proceso.

Los hechos del presente caso se iniciaron el 28 de mayo de 1997 cuando los magistrados Manuel Aguirre Roca, Guillermo Rey Terry y Delia Revoredo Marsano fueron revocados del Tribunal Constitucional. Ello fue producto de un juicio político efectuado por el Congreso.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial



DATA DA SENTENÇA
31/01/2001

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO BAENA RICARDO Y OTROS VS. PANAMÁ

RESUMO

El caso aborda la responsabilidad internacional del Estado por el despido arbitrario de 270 empleados públicos y dirigentes sindicales, quienes habían participado en protestas contra la política gubernamental en defensa de sus derechos laborales.

Estos despidos, basados en la ley No. 25 de 14 de diciembre de 1990, se llevaron a cabo tras acusaciones de participación en manifestaciones y complicidad en una asonada militar. A pesar de que se interpusieron varios recursos administrativos, no se obtuvo ningún resultado favorable.



DATA DA SENTENÇA
02/02/2001

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 9: Principio de Legalidad y de Retroactividad

Artículo 10: Derecho a Indemnización

Artículo 15: Derecho de Reunión

Artículo 16: Libertad de Asociación

Artículo 25: Protección judicial



CASO HUILCA TECSE VS. PERÚ

RESUMO

El caso trata de la responsabilidad internacional del Estado peruano por la ejecución extrajudicial de Pedro Crisólogo Huilca Tecse durante una operación de inteligencia militar, y por la ineficacia de las autoridades e instituciones nacionales para investigar y sancionar a los responsables.

Estos hechos ocurrieron en el contexto del conflicto armado en Perú, donde el grupo Colina, compuesto por miembros del Ejército, cometió violaciones de derechos humanos como parte de una política antisubversiva que incluía la eliminación de personas percibidas como opositoras al régimen.

Pedro Huilca Tecse, secretario general de la Confederación General de Trabajadores del Perú, fue un activista político y sindical por muchos años.



DATA DA SENTENÇA
03/03/2005

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 4: Derecho a la vida

Artículo 5: Derecho a la integridad personal

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 16: Libertad de asociación

Artículo 25: Protección judicial



CASO COMUNIDAD INDÍGENA YAKYE AXA VS. PARAGUAY

RESUMO

El caso se refiere a la responsabilidad internacional del Estado por no haber garantizado el derecho de propiedad ancestral de la Comunidad Yakye Axa, lo que ha causado numerosas afectaciones a sus miembros.

Los hechos están relacionados con la Comunidad indígena Yakye Axa, compuesta por más de 300 personas. A finales del siglo XIX, extensas áreas de tierra en el Chaco paraguayo fueron vendidas. En esa misma época, como consecuencia de la compra de estas tierras por empresarios británicos, se comenzaron a establecer varias misiones de la iglesia anglicana en la región. Además, se construyeron estancias ganaderas en la zona, donde los indígenas que habitaban esas tierras fueron empleados.



DATA DA SENTENÇA
17/06/2005

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 4: Derecho a la vida

Artículo 5: Derecho a la integridad personal

Artículo 7: Derecho a la libertad personal

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 19: Derechos del niño

Artículo 21: Derecho a la propiedad privada

Artículo 25: Protección judicial



JARAMILLO Y OTROS VS. PERÚ

RESUMO

El caso trata de la responsabilidad internacional del Estado por no cumplir sentencias emitidas entre 1996 y 2000, que ordenaban reintegrar a trabajadores despedidos de la Municipalidad de Lima. En diciembre de 1992, se promulgó un decreto que permitía a los Ministerios e Instituciones Públicas Descentralizadas despedir personal que no aprobara evaluaciones semestrales.

Al día siguiente, la Municipalidad y el Sindicato de Trabajadores firmaron un acuerdo que garantizaba estabilidad laboral. Sin embargo, en 1996, tras implementar un programa de evaluación, se despidió a varios empleados, quienes interpusieron acciones judiciales para revertir los despidos. Aunque las sentencias dictadas, incluso por el Tribunal Constitucional, fallaron a favor de los trabajadores, estas no se cumplieron ni ejecutaron.



DATA DA SENTENÇA
07/02/2006

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 16: Libertad de asociación

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo progresivo



CASO TRABAJADORES CESADOS DEL CONGRESO (AGUADO ALFARO Y OTROS) VS. PERÚ

RESUMO

El caso se refiere a la responsabilidad internacional del Estado por el despido de 257 trabajadores del Congreso, así como por la falta de un debido proceso para cuestionar dicha situación. Los hechos del presente caso se contextualizan luego del autogolpe de Estado en 1992. Mediante el Decreto Ley N° 25640 del 21 de julio de 1992, se autorizó la ejecución del proceso de racionalización del personal del Congreso de la República.

El 6 de noviembre de 1992, la recién creada la Comisión Administradora de Patrimonio del Congreso de la República emitió, en base a los resultados de evaluaciones, dos resoluciones por las que fueron cesados 1110 funcionarios y servidores del Congreso, entre los cuales, se encontraban las 257 víctimas. Dichas personas presentaron una serie de recursos administrativos que no tuvieron mayor resultado. Asimismo presentaron un recurso de amparo que fue desestimado.



DATA DA SENTENÇA
24/11/2006

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



CASO ABRILL ALOSILLA Y OTROS VS. PERÚ

RESUMO

El caso trata de la responsabilidad internacional del Estado por no proporcionar un recurso efectivo para cuestionar la aplicación retroactiva del Decreto Ley No. 25876, que redujo los salarios de los trabajadores del Sindicato de SEDAPAL.

Tras la promulgación del decreto en noviembre de 1992, un grupo de trabajadores presentó un recurso de amparo que fue inicialmente favorable, pero en 1999 la Corte Suprema revocó la decisión y confirmó la aplicación retroactiva del decreto.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 21: Derecho a la propiedad privada

Artículo 25: Protección judicial



DATA DA SENTENÇA
04/03/2011

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO CASTILLO GONZÁLEZ Y OTROS VS. VENEZUELA

RESUMO

Entre 1999 y 2003, en Venezuela se produjo un desplazamiento de colombianos en busca de refugio debido al conflicto armado en Colombia. El abogado Joe Luis Castillo González y su familia vivían en Machiques, estado Zulia, donde Castillo era Coordinador General de la Oficina de Acción Social y Derechos Humanos del Vicariato Apostólico de Machiques (OASVAM). Su esposa, Yelitze Moreno, era Coordinadora del Departamento de Investigación, Comunicación y Promoción de Derechos Humanos de OASVAM.

El 27 de agosto de 2003, mientras se dirigían a su casa, fueron atacados a tiros por dos desconocidos. Castillo murió en el hospital debido a las heridas, mientras que Moreno y su hijo también resultaron heridos y necesitaron cirugía. La Oficina del Vicariato cerró durante dos meses debido a amenazas y, posteriormente, cambió su enfoque hacia actividades comunitarias, abandonando el trabajo con refugiados y casos de violación de derechos humanos, sin realizar investigaciones ni sancionar a los responsables.



DATA DA SENTENÇA
27/11/2012

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 4: Derecho a la vida

Artículo 5: Derecho a la integridad personal

Artículo 8: Garantías Judiciales

Artículo 11: Protección de la Honra y de la Dignidad

Artículo 13: Libertad de Pensamiento y de Expresión

Artículo 16: Libertad de Asociación

Artículo 19: Derechos del niño

Artículo 25: Protección judicial



CASO CANALES HUAPAYA Y OTROS VS. PERÚ

RESUMO

Los hechos de este caso están relacionados con la violación del derecho a las garantías judiciales y protección judicial en perjuicio de Carlos Alberto Canales Huapaya, José Castro Ballena y María Gracia Barriga Oré, como consecuencia de la falta de respuesta judicial adecuada y efectiva frente a los ceses en calidad de funcionarios permanentes del Congreso de la República del Perú.

Los hechos de este caso comparten las características esenciales de los conocidos por la Corte Interamericana en el caso Trabajadores Cesados del Congreso vs. Perú, que, como indicó la Corte en su sentencia, ocurrieron en el contexto de un marco normativo que les impidió a las víctimas tener claridad sobre la vía a la cual debían acudir para impugnar sus ceses.

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 25: Protección judicial



DATA DA SENTENÇA
24/06/2015

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO LAGOS DEL CAMPO VS. PERÚ

RESUMO

El caso se relaciona con el despido de Alfredo Lagos del Campo el 26 de junio de 1989, como consecuencia de ciertas manifestaciones realizadas siendo presidente del Comité Electoral de la Comunidad Industrial de la empresa que en el momento de los hechos era Ceper-Pirelli. La Comunidad Industrial era una asociación de trabajadores destinada a promover su participación en el patrimonio y gestión de la empresa.

Las declaraciones de Alfredo Lagos del Campo denunciaban actos de injerencia indebida de los empleadores en la vida de las organizaciones representativas de los trabajadores en la empresa y en la realización de elecciones internas de la Comunidad Industrial. La decisión de despido fue posteriormente confirmada por los tribunales nacionales del Perú.



DATA DA SENTENÇA
31/08/2017

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías Judiciales

Artículo 11: Protección de la Honra y de la Dignidad

Artículo 13: Libertad de Pensamiento y de Expresión

Artículo 16: Libertad de Asociación

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo progresivo



CASO TRABAJADORES CESADOS DE PETROPERÚ Y OTROS VS. PERÚ

RESUMO

El 23 de noviembre de 2017 la Corte Interamericana de Derechos Humanos dictó Sentencia mediante la cual declaró la responsabilidad internacional del Estado Peruano por la violación a los derechos a las garantías judiciales y la protección judicial, así como al derecho al trabajo, en perjuicio de 85 trabajadores de la empresa Petróleos del Perú (en adelante, “Petroperú”), 25 trabajadores de la Empresa Nacional de Puertos (en adelante, “Enapu”), 39 trabajadores del Ministerio de Educación (en adelante “Minedu”) y 15 trabajadores del Ministerio de Economía y Finanzas (en adelante, “MEF”), con motivo de la falta de respuesta judicial adecuada y efectiva ante sus ceses colectivos ocurridos en la década de los noventa, en el marco de diversos procesos de racionalización y evaluación de personal llevados a cabo por las entidades públicas en las que laboraban.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



DATA DA SENTENÇA
23/11/2017

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO SAN MIGUEL SOSA Y OTRAS VS. VENEZUELA

RESUMO

El caso se refiere al despido arbitrario de Rocío San Miguel Sosa, Magally Chang Girón y Thais Coromoto Peña del Consejo Nacional de Fronteras el 12 de marzo de 2004, tras firmar una convocatoria a un referendo revocatorio contra el entonces presidente Hugo Chávez.

El 8 de febrero de 2018, la Corte Interamericana de Derechos Humanos dictó una sentencia en la que declaró al Estado venezolano responsable por la terminación arbitraria de sus contratos laborales. La Corte concluyó que el despido fue una represalia por su participación política, violando sus derechos a la participación política, libertad de pensamiento y expresión, así como el derecho al trabajo y a un recurso efectivo para la tutela de sus derechos.



DATA DA SENTENÇA
08/02/2018

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 13: Libertad de Pensamiento y de Expresión

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



CASO GÓMEZ VIRULA Y OTROS VS. GUATEMALA

RESUMO

Alexander Yovany Gómez Virula, de 22 años, desapareció el 13 de marzo de 1995 en medio de un conflicto sindical en la empresa RCA, donde trabajaba y era miembro del sindicato. A pesar de que sus padres y la UNSITRAGUA buscaron ayuda y denunciaron su desaparición, el 19 de marzo se encontró su cuerpo en la ciudad de Guatemala.

Aunque se realizaron diligencias para investigar su muerte, el Ministerio Público solicitó el archivo del caso en agosto de 1996, y el 7 de mayo de 1997 se requirió oficialmente el cierre del expediente. El Sexto Juzgado de Primera Instancia Penal autorizó el archivo sin necesidad de una decisión judicial específica, y no consta evidencia de la decisión formal del Ministerio Público en el expediente.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 25: Protección judicial



DATA DA SENTENÇA
21/11/2019

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO SPOLTORE VS. ARGENTINA

RESUMO

Victorio Spoltore, quien trabajaba en una empresa privada, sufrió dos infartos y recibió una pensión por una incapacidad del 70% a partir del 8 de mayo de 1987. El 30 de junio de 1988, presentó una demanda laboral por "indemnización emergente de enfermedad profesional" alegando que su enfermedad se originó en el trabajo y que sufrió trato hostil por parte de la empresa.

El Tribunal del Trabajo número 3 de San Isidro rechazó su demanda el 3 de junio de 1997. Spoltore apeló esta decisión con recursos extraordinarios, pero la Suprema Corte de Justicia de Buenos Aires rechazó los recursos el 16 de agosto de 2000. Además, el 16 de septiembre de 1997, Spoltore presentó una denuncia por la demora en el proceso ante la Inspección General de la SCJBA, que constató la demora pero solo sancionó a la secretaria del tribunal con un llamado de atención.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



DATA DA SENTENÇA
09/06/2020

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO MARTÍNEZ ESQUIVIA VS. COLOMBIA

RESUMO

El caso se relaciona con una serie de violaciones al debido proceso en el marco del proceso que culminó con la destitución de la víctima de su cargo de Fiscal Delegada ante los Juzgados Penales del Circuito de Cartagena.

La Comisión determinó por primera vez que los fiscales deben gozar de estabilidad reforzada como una garantía para la independencia de su labor, por lo que el nombramiento de la víctima sin ningún plazo o condición resultó incompatible con la Convención.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial



DATA DA SENTENÇA
06/10/2020

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO CASA NINA VS. PERÚ

RESUMO

El 24 de noviembre de 2020, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró al Estado peruano responsable por violar los derechos de Julio Casa Nina, quien fue separado de su cargo como Fiscal Adjunto Provincial en Ayacucho.

La Corte determinó que su destitución fue arbitraria y no se basó en causas válidas, afectando su independencia y su derecho a la estabilidad laboral, en violación de varios artículos de la Convención Americana sobre Derechos Humanos.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



DATA DA SENTENÇA
24/11/2020

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO DE LOS BUZOS MISKITOS (LEMOTH MORRIS Y OTROS) VS. HONDURAS

RESUMO

La Corte examinó las violaciones a los derechos humanos sufridas por el pueblo miskito en el contexto de su trabajo, especialmente en la pesca de buceo en la Costa Atlántica de Honduras y Nicaragua. Los miskitos, que viven en la empobrecida región de Gracias a Dios, han desarrollado esta actividad a partir de los 14 años debido a la creciente demanda comercial.

Sin embargo, la pesca por buceo se realiza sin las medidas de seguridad necesarias, sin equipos adecuados y sin contratos laborales, lo que ha llevado a una alta incidencia de accidentes, intoxicaciones y enfermedades graves. Entre las víctimas se encuentran buzos que sufrieron síndrome de descompresión, discapacidades relacionadas con la actividad, y aquellos que murieron en incendios de embarcaciones o foram abandonados em situações perigosas.



DATA DA SENTENÇA
31/08/2021

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 4: Derecho a la vida

Artículo 5: Derecho a la integridad personal

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 19: Derechos del niño

Artículo 24: Igualdad ante la Ley

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



CASO CUYA LAVY Y OTROS VS. PERÚ

RESUMO

El 28 de septiembre de 2021, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró que el Estado de Perú es responsable por violaciones cometidas durante los procesos de evaluación y ratificación de dos jueces y dos fiscales por el Consejo Nacional de la Magistratura (CNM) entre 2001 y 2002. Estos procesos concluyeron con la no ratificación de los cargos sin permitir a las víctimas conocer detalladamente las acusaciones ni contar con un adecuado tiempo y medios para su defensa.

Las decisiones no estaban motivadas y afectaron el derecho a la honra, la dignidad y la igualdad en el cargo. Además, los recursos legales fueron rechazados bajo el argumento de que las decisiones del CNM no eran revisables judicialmente. La Corte concluyó que Perú violó varios derechos bajo la Convención Americana sobre Derechos Humanos, incluyendo el derecho a la protección judicial.



DATA DA SENTENÇA
[28/09/2021](#)

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 11: Protección de la honra y la dignidad

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial



CASO PROFESORES DE CHAÑARAL Y OTRAS MUNICIPALIDADES VS. CHILE

RESUMO

Durante la dictadura en Chile en los años 80, la administración de las escuelas públicas fue transferida a las Municipalidades, y el personal docente quedó sometido a las normas del sector privado. Aunque el Decreto Ley No. 3.551 estableció una asignación especial para los docentes del Ministerio de Educación, los profesores trasladados a las Municipalidades no recibieron esta asignación, generando una "deuda histórica".

A partir de 1990, los docentes demandaron judicialmente el pago. En trece procesos contra diversas Municipalidades, se reconoció el pago a 846 docentes, pero no se logró el pago total debido a la falta de recursos y dificultades en la ejecución de los decretos. Las Municipalidades intentaron demandar al Fisco, pero estas demandas foram rejeitadas pela autonomia municipal e pela estrutura estatal.



DATA DA SENTENÇA
10/11/2021

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 21: Derecho a la Propiedad Privada

Artículo 25: Protección judicial



CASO EXTRABAJADORES DEL ORGANISMO JUDICIAL VS. GUATEMALA

RESUMO

El presente caso se relaciona con un conflicto de carácter laboral de las personas trabajadoras del Organismo Judicial de Guatemala. Este Organismo es el encargado del Poder Judicial en Guatemala. El 17 de noviembre de 2021, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró que el Estado de Guatemala es responsable por violaciones a los derechos de 65 extrabajadores del Organismo Judicial que fueron despedidos tras participar en una huelga considerada ilegal.

La Corte determinó que estos despidos violaron el derecho al debido proceso, ya que no se siguió un procedimiento individualizado. Además, el Estado no proporcionó un mecanismo claro para impugnar la ilegalidad de la huelga, lo que afectó el derecho a la protección judicial. También se concluyó que Guatemala impuso limitaciones arbitrarias al derecho a la huelga, la libertad de asociación, la libertad sindical y afectó el derecho al trabajo y la estabilidad laboral de las víctimas. Por lo tanto, se encontró que Guatemala violó varios artículos de la Convención Americana sobre Derechos Humanos.



DATA DA SENTENÇA
17/11/2021

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 16: Libertad de Asociación

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



CASO PALACIO URRUTIA Y OTROS VS. ECUADOR

RESUMO

Durante el gobierno de Rafael Correa en Ecuador (2007-2017), el diario El Universo y sus periodistas enfrentaron acusaciones formales y verbales por parte del gobierno, incluyendo al Presidente, en respuesta a lo que Correa consideraba un ataque sistemático del medio contra su administración.

El 30 de septiembre de 2010, tras una protesta policial y una crisis política que resultó en varias muertes, el periodista Emilio Palacio Urrutia publicó un artículo crítico titulado "NO a las mentiras" sobre la gestión del Presidente. En marzo de 2011, Correa presentó una querrela por "injurias calumniosas graves contra la autoridad", resultando en condenas de prisión y multas para los periodistas y el diario. A pesar de recursos legales y una apelación, todos fueron rechazados, pero en febrero de 2012, la Corte Nacional de Justicia aceptó el perdón del Presidente y archivó el caso.



DATA DA SENTENÇA
25/11/2021

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 9: Principio de Legalidad y de Retroactividad

Artículo 13: Libertad de Pensamiento y de Expresión

Artículo 22: Derecho de Circulación y de Residencia

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



CASO FEDERACIÓN NACIONAL DE TRABAJADORES MARÍTIMOS Y PORTUARIOS (FEMAPOR) VS. PERÚ

RESUMO

El 1 de febrero de 2022, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró al Estado de Perú responsable por violar los derechos de 4.090 trabajadores marítimos y portuarios al no cumplir con una sentencia de la Corte Suprema de 1992, que establecía el cálculo correcto del incremento adicional de la remuneración.

Estos trabajadores, organizados en sindicatos y afiliados a la Federación Nacional de Trabajadores Marítimos y Portuarios (FEMAPOR), fueron despedidos el 11 de marzo de 1991 cuando la Comisión Controladora del Trabajo Marítimo (CCTM) fue disuelta debido a una crisis financiera. La Comisión de Disolución se creó para pagar los derechos y beneficios sociales adeudados, pero esta obligación no se cumplió adecuadamente



DATA DA SENTENÇA
01/02/2022

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 21: Derecho a la Propiedad Privada

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



CASO PAVEZ PAVEZ VS. CHILE

RESUMO

El caso trata de la responsabilidad del Estado chileno por inhabilitar a Sandra Pavez Pavez como profesora de religión en una institución pública debido a su orientación sexual. El 25 de julio de 2007, la Vicaría para la Educación del Obispado de San Bernardo revocó su certificado de idoneidad, lo que resultó en su despido después de más de 22 años de servicio.

Sandra Pavez tuvo su recurso de protección rechazado por la Corte de Apelaciones y la Corte Suprema. El 4 de febrero de 2022, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró al Estado chileno responsable por violar los derechos de Pavez a la igualdad, no discriminación, libertad personal, vida privada y trabajo, y por no garantizar un control adecuado ni recursos efectivos para impugnar la revocación.



DATA DA SENTENÇA
04/02/2022

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 7: Derecho a la libertad personal

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 11: Protección de la Honra y de la Dignidad

Artículo 24: Igualdad ante la Ley

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



CASO GUEVARA DÍAZ VS. COSTA RICA

RESUMO

Luis Fernando Guevara Díaz fue nombrado interinamente como trabajador misceláneo en el Ministerio de Hacienda en 2001 y participó en un concurso para el cargo definitivo. En junio de 2003, fue notificado de que no había sido seleccionado y su cargo interino terminó.

El caso se refiere a la violación de sus derechos humanos en el marco de este concurso, donde su no selección se debió a su discapacidad intelectual, lo que también llevó a su despido. El 22 de junio de 2022, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró al Estado de Costa Rica responsable por discriminar a Guevara, violando sus derechos a la igualdad, no discriminación y al trabajo, así como las garantías y protección judiciales.



DATA DA SENTENÇA
22/06/2022

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 24: Igualdad ante la Ley

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



CASO MINA CUERO VS. ECUADOR

RESUMO

El caso se refiere a la responsabilidad internacional del Estado por una serie de violaciones en el marco del proceso disciplinario que culminó con la destitución del policía Víctor Henry Mina Cuero.

El Tribunal concluyó que Ecuador violó el derecho a las garantías judiciales, los derechos políticos, el derecho a la protección judicial y el derecho al trabajo, en perjuicio del señor Mina Cuero. En consecuencia, la Corte Interamericana declaró que Ecuador es responsable internacionalmente por la violación de varios artículos de la Convención Americana sobre Derechos Humanos.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



DATA DA SENTENÇA
07/09/2022

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)



CASO BENITES CABRERA Y OTROS VS. PERU

RESUMO

El 4 de octubre de 2022, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró al Estado de Perú responsable por violar derechos establecidos en la Convención Americana sobre Derechos Humanos. Esta responsabilidad afecta a 184 trabajadores del Congreso de Perú, quienes fueron despedidos en 1992.

En abril de 1992, el entonces Presidente del Perú disolvió temporalmente el Congreso y luego se adoptaron medidas para evaluar al personal y seleccionar una nueva plantilla. Como resultado, se emitieron dos Resoluciones Administrativas que despidieron a estos trabajadores y se aprobaron normas que prohibían la presentación de acciones de amparo para impugnar sus despidos.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



DATA DA SENTENÇA
04/10/2022

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO NISSEN PESSOLANI VS. PARAGUAY

RESUMO

El 21 de noviembre de 2022, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró al Estado de Paraguay responsable por la violación de garantías judiciales en el caso de Alejandro Nissen Pessolani. Nissen, fiscal en Asunción que investigaba casos de corrupción, fue destituido de su cargo como Agente Fiscal Penal tras un proceso del Jurado de Enjuiciamiento de Magistrados (JEM) que consideró su desempeño deficiente.

En marzo de 2002, se presentó una denuncia contra él, y en abril de 2003 el JEM decidió su destitución. En 2004, la Corte Suprema de Justicia rechazó una acción de inconstitucionalidad presentada por Nissen. La Corte Interamericana concluyó que Paraguay violó los derechos a un juez imparcial, protección judicial, igualdad en el cargo y estabilidad laboral de la Convención Americana sobre Derechos Humanos.

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



DATA DA SENTENÇA
21/11/2022

ACESSE NA CORTE IDH

Principais documentos do caso

Resumo ou Ficha do caso



CASO AGUINAGA AILLÓN VS. ECUADOR

RESUMO

No dia 30 de janeiro de 2023, a Corte Interamericana de Direitos Humanos declarou o Estado do Equador responsável por violações de direitos em prejuízo do senhor Carlos Julio Aguinaga Aillón. A Corte determinou que Aguinaga foi destituído de seu cargo no Tribunal Supremo Eleitoral pela Resolução 25-160 do Congresso Nacional e que o Tribunal Constitucional do Equador impediu a apresentação de ações de amparo contra essa Resolução.

A Corte concluiu que a destituição violou garantias judiciais, a independência judicial, direitos políticos, o direito ao trabalho e o direito à proteção judicial, e que o Estado violou vários artigos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.



DATA DA SENTENÇA
30/01/2023

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



CASO VITERI UNGARETTI Y OTROS VS. ECUADOR

RESUMO

En la sentencia del 27 de noviembre de 2023, en el Caso Viteri Ungaretti y otros vs. Ecuador, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró que el Estado de Ecuador es responsable internacionalmente por las sanciones impuestas a Julio Rogelio Viteri Ungaretti debido a sus denuncias sobre corrupción en las Fuerzas Armadas.

La Corte determinó que el Estado violó los derechos del señor Viteri a la libertad de pensamiento y expresión, a no ser detenido arbitrariamente y a recurrir ante un juez para cuestionar la legalidad de su detención. Además, la Corte estableció que se violó el derecho del señor Viteri a la estabilidad laboral y concluyó que se infringieron varios derechos de su familia.



DATA DA SENTENÇA
27/11/2023

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTICOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 5: Derecho a la integridad personal

Artículo 7: Derecho a la libertad personal

Artículo 13. Libertad de Pensamiento y de Expresión

Artículo 17. Protección a la Familia

Artículo 19: Derechos del niño

Artículo 22: Derecho de Circulación y de Residencia

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 26: Desarrollo Progresivo



GUTIÉRREZ NAVAS Y OTROS VS. HONDURAS

RESUMO

El 29 de noviembre de 2023, la Corte Interamericana de Derechos Humanos declaró la responsabilidad internacional del Estado de Honduras por violaciones de derechos contra José Antonio Gutiérrez Navas, José Francisco Ruiz Gaekel, Gustavo Enrique Bustillo Palma y Rosalinda Cruz Sequeira. La Corte constató que las víctimas, que eran magistrados de la Sala de lo Constitucional de la Corte Suprema de Justicia de Honduras, fueron destituidos de manera arbitraria e ilegal por el Congreso Nacional el 12 de diciembre de 2012.

La decisión violó garantías judiciales, principios de legalidad e independencia judicial, derechos políticos, protección judicial y estabilidad laboral. En consecuencia, el Tribunal determinó que el Estado violó varios artículos de la Convención Americana sobre Derechos Humanos.



DATA DA SENTENÇA
29/11/2023

ACESSE NA CORTE IDH

[Principais documentos do caso](#)

[Resumo ou Ficha do caso](#)

ROL DE ARTIGOS VIOLADOS DA CADH

Artículo 1: Obligación de respetar los derechos

Artículo 2: Deber de adoptar disposiciones de derecho interno

Artículo 5: Derecho a la integridad personal

Artículo 8: Garantías judiciales

Artículo 9: Principio de Legalidad y de Retroactividad

Artículo 23: Derechos políticos

Artículo 25: Protección judicial

Artículo 26: Desarrollo Progresivo

LISTA DE CASOS SELECCIONADOS E ANALISADOS

1. Caso Trabajadores de la Hacienda Brasil Verde Vs. Brasil
2. Caso de los Empleados de la Fábrica de Fuegos de Santo Antônio de Jesus y sus familiares Vs. Brasil
3. Caso del Tribunal Constitucional Vs. Perú
4. Caso Baena Ricardo y otros Vs. Panamá
5. Caso Huilca Tecse Vs. Perú
6. Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay
7. Caso Acevedo Jaramillo y otros Vs. Perú
8. Caso Trabajadores Cesados del Congreso (Aguado Alfaro y otros) Vs. Perú
9. Caso Abrill Alosilla y otros Vs. Perú
10. Caso Castillo González y otros Vs. Venezuela
11. Caso Canales Huapaya y otros Vs. Perú
12. Caso Lagos del Campo Vs. Perú
13. Caso Trabajadores Cesados de Petroperú y otros Vs. Perú
14. Caso San Miguel Sosa y otras Vs. Venezuela
15. Caso Gómez Virula y otros Vs. Guatemala
16. Caso Spoltore Vs. Argentina
17. Caso Martínez Esquivia Vs. Colombia
18. Caso Casa Nina Vs. Perú
19. Caso de los Buzos Miskitos (Lemoth Morris y otros) Vs. Honduras
20. Caso Cuya Lavy y otros Vs. Perú
21. Caso Profesores de Chañaral y otras municipalidades Vs. Chile
22. Caso Extrabajadores del Organismo Judicial Vs. Guatemala
23. Caso Palacio Urrutia y otros Vs. Ecuador
24. Caso Federación Nacional de Trabajadores Marítimos y Portuarios (FEMAPOR) Vs. Perú
25. Caso Pavez Pavez Vs. Chile
26. Caso Guevara Díaz Vs. Costa Rica
27. Caso Mina Cuero Vs. Ecuador
28. Caso Benites Cabrera y otros Vs. Perú
29. Caso Nissen Pessolani Vs. Paraguay
30. Caso Aguinaga Aillón Vs. Ecuador
31. Caso Viteri Ungaretti y otros Vs. Ecuador
32. Gutiérrez Navas y otros vs. Honduras

REFERÊNCIAS

■ **Comissão de Monitoramento e Fiscalização de Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do TRT-2 (CMFDSIDH)**

<https://ww2.trt2.jus.br/institucional/colégiados-tematicos/colégiados-tematicos-no-trt-2/comissao-de-monitoramento-e-fiscalizacao-de-decisoes-do-sistema-interamericano-de-direitos-humanos>

■ **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)**

<https://www.oas.org/pt/cidh/>

■ **Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH)
Pacto de São José da Costa Rica**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm

■ **Corte Interamericana de Direito Humanos (Corte IDH)**

<https://www.corteidh.or.cr/index.cfm?lang=pt>

■ **Organização dos Estados Americanos (OEA / OAS)**

<https://www.oas.org/pt/>

■ **Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos**

<https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/relacoes-internacionais/monitoramento-e-fiscalizacao-das-decisoes-da-corte-idh/pacto-nacional-do-judiciario-pelos-direitos-humanos/>

■ **Unidade de Monitoramento e Fiscalização do CNJ**

<https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/relacoes-internacionais/monitoramento-e-fiscalizacao-das-decisoes-da-corte-idh/>



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

**Comissão de Monitoramento e Fiscalização de Decisões
do Sistema Interamericano de Direitos Humanos**

Biênio 2022/2024

Setembro/2024